De minha autoria, a iniciativa visava, tão-somente, aperfeiçoar a Lei Complementar n.º 540, de 27 de maio do ano em curso, mediante a concessão do necessário reajuste aos valores da escala de vencimentos aplicável à série de classes de Engenheiro, Arquiteto, Engenheiro Agrônomo e Assistente Agropecuário.

Durante sua tramitação perante esse Egrégio Poder, a medida recebeu três emendas e uma subemenda que, na forma em que foram acolhidas, ampliaram o campo normativo da proposta original, de modo que o texto afinal aprovado inova, também, em matéria referente a promoção funcional na citada série de classes.

Dentre as inovações, a única de que discordo é a constante do artigo 3.º do projeto, que tem por escopo alterar o critério de apuração de antiguidade.

A regra geral para o funcionalismo público dispõe que a determinação da antiguidade seja feita, inicialmente, pelo tempo efetivo no cargo (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado — Lei n.º 10.261, de 28 de outubro de 1968, artigo 90), e os diplomas autônomos, editados para a regulamentação de carreiras específicas, não fogem a essa regra geral. Haja vista para as recentes Leis Complementares n.ºs 547 (artigo 8.º), 548 (artigo 8.º) e 549 (artigo 9.º), todas de 24 de junho último, que instituíram novos sistemas retributórios para policiais civis, agentes de segurança penitenciária e contadores.

E, igualmente, a Lei Complementar n.º 540, de 27 de maio de 1988, ao reformular a retribuição dos engenheiros, perfilhou a mesma linha de coerência, estabelecendo: "a antiguidade será determinada pelo tempo de efetivo exercício na respectiva classe, até 31 de dezembro de 1987" (Disposições Transitórias, artigo 6.º, inciso II).

Assim, considerando a inexistência de razões jurídicas para procedimento diverso, julgo inconveniente o aludido preceito, que se afasta do critério vigente, preconizando que a promoção por antiguidade dos servidores de que se cogita fique favorecida pela contagem abrangente de exercício público estadual.

Pelos fundamentos expendidos, que, em obediência ao artigo 26, § 1.º, da Constituição do Estado, faço estampar no órgão oficial, deixo de sancionar, em parte, consoante indicado, o Projeto de Lei Complementar n.º 43, de 1988, e, restituindo o assunto ao elevado exame dessa colenda Casa Legislativa, confirmo a Vossa Excelência os protestos de meu alto apreço.

ORESTES QUÉRCIA

Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Benedicto Máximo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

LEIS

LEI N.º 6.173, DE 15 DE JULHO DE 1988

Autoriza o Poder Executivo a prestar garantia junto ao Tesouro Nacional, para a realização de operações de crédito

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a prestar garantia junto ao Tesouro Nacional, para fins de obtenção do aval da União, em operações de financiamentos externos, destinados ao Programa de Recuperação e Modernização da FEPASA — Ferrovia Paulista S/A, até o limite de US\$ 28.000.000,00 (vinte e oito milhões de dólares), cujos recursos serão aplicados na aquisição, no exterior, de peças e componentes para reparação geral e manutenção de locomotivas das marcas General Electric e Lew, assim como na aquisição de componentes para a modernização do sistema de sinalização e de peças sobressalentes para trens-unidade.

Artigo 2.º — Na forma estabelecida na Portaria Interministerial n.º 39, de 8 de março de 1984, a garantia autorizada no artigo anterior deverá recair sobre os direitos e créditos relativos a quotas ou parcelas de participação do Estado na arrecadação da União, ou resultantes de tais quotas ou parcelas, transferíveis nos termos da Constituição da República, respeitada sua vinculação em aplicação especial, quando for o caso.

Artigo 3.º — O Poder Executivo, por meio da Secretaria da Fazenda, encaminhará à Assembléia Legislativa cópia da documentação relativa às operações de crédito garantidas nos termos desta lei, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do contrato e depois de obtido o Certificado de Autorização e/ou Registro do Banco Central do Brasil e cumpridas as exigências contratuais para saque, na forma da legislação em vigor.

Artigo 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de julho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário de Economia e Planejamento

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 15 de julho de 1988.

DECRETOS

DECRETO N.º 28.592, DE 15 DE JULHO DE 1988

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao orçamento da Secretaria da Segurança Pública visando ao atendimento de Despesas de Capital

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que dispõe o artigo 5.º, da Lei n.º 5.966, de 4 de dezembro de 1987,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica aberto um crédito de Cz\$ 1.976.792.714,00 (hum bilhão, novecentos e setenta e seis milhões, setecentos e noventa e dois mil, setecentos e quatorze cruzados) suplementar ao orçamento da Secretaria da Segurança Pública, observando-se as classificações Institucional,

Econômica e Funcional-Programática, conforme as Tabelas em anexo.

Artigo 2.º — O crédito aberto pelo artigo anterior será coberto com recursos a que alude o inciso II, do § 1.º, do artigo 43, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964.

Artigo 3.º — Fica alterada a Programação Orçamentária da Despesa do Estado, estabelecida pelo Anexo I, de que trata o artigo 3.º, do Decreto n.º 27.984, de 29 de dezembro de 1987, de conformidade com a Tabela 2, deste decreto.

Artigo 4.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de julho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

José Machado de Campos Filho, Secretário da Fazenda

Frederico Mathias Mazzucchelli,

Secretário de Economia e Planejamento

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 15 de julho de 1988.

TABELA 1

Suplementação		Cz\$	
18	Secretaria da Segurança Pública		
18.04	Polícia Militar do Estado de São Paulo		
4.1.2.0	Equipamentos e Material Permanente	1.976.792.714,00	
	Subtotal	1.976.792.714,00	
	TOTAL	1.976.792.714,00	
Atividades		Corrente	Capital
Rádio-Patrolhamento Padrão			
06.30.177.2.241		1.976.792.714,00	1.976.792.714,00
	TOTALS	1.976.792.714,00	1.976.792.714,00

TABELA 2

Suplementação		Cz\$	
18	Secretaria da Segurança Pública		
18.04	Administração Direta		
	Polícia Militar do Estado de São Paulo		
	TOTAL	1.976.792.714,00	
	3.ª Quota	1.976.792.714,00	

DECRETO N.º 28.593, DE 15 DE JULHO DE 1988

Altera a redação de dispositivo do Decreto n.º 27.022, de 26 de maio de 1987 e dá outra providência

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967, e no artigo 2.º, § 2.º, da Lei Complementar n.º 207, de 5 de janeiro de 1979,

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a ter a seguinte redação a alínea "e" do inciso VII, do artigo 8.º, do Decreto n.º 27.022, de 26 de maio de 1987:

"c) Delegacia Seccional de Polícia de Jaboticabal, 1.ª Classe, à qual se subordinam as seguintes unidades policiais: 1 — de 2.ª Classe: Delegacias de Polícia dos Municípios de Guariba, Monte Alto, Taquaritinga e Delegacias de Polícia dos 1.º e 2.º Distritos Policiais de Jaboticabal; 2 — de 3.ª Classe: Delegacias de Polícia dos Municípios de Barrinha e Pradópolis; 3 — de 4.ª Classe: Delegacias de Polícia dos Municípios de Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Pirangi, Taiacu, Taiúva e Vista Alegre do Alto;"

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando derogado o artigo 7.º do Decreto n.º 28.292, de 21 de março de 1988, na parte em que alterou a redação da alínea "e" do inciso VII do artigo 8.º do Decreto n.º 28.292, de 21 de março de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de julho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

Luiz Antonio Fleury Filho,

Secretário da Segurança Pública

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 15 de julho de 1988.

DECRETO N.º 28.594, DE 15 DE JULHO DE 1988

Dá nova redação aos incisos XXII e XXXII do artigo 8.º do Decreto n.º 25.608, de 30 de julho de 1986, e aos incisos VIII e XIII do artigo 6.º do Decreto n.º 25.710, de 14 de agosto de 1986

ORESTES QUÉRCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 89 da Lei n.º 9.717, de 30 de janeiro de 1967,

SECRETARIAS DE ESTADO

Secretaria do Governo

Secretário
Roberto Valle Rollemberg

Despachos do Governador
De 14-7-88

No processo SPS-294-88 e outros, em que Alberto Salzano e outros solicitam os benefícios das Leis 1.890/78 e 3.988/83: "À vista do proposto pelo Secretário da Promoção Social, com fundamento na Lei 1.890/78, combinada com a Lei 3.988 de 1983, e em face do parecer 443/88 da Assessoria Jurídica do Governo, defiro os pedidos constantes deste e dos processos anexos relativos à pensão mensal vitalícia aos participantes e às viúvas dos participantes da Revolução Constitucionalista de 1932, cujos nomes são relacionados em seguida, no valor correspondente ao padrão 1-A da E.V.1, T-II, instituída pelo art. 1.º da LC 229-80:

Processo	Nome	RG
SEPS-294/88	Alberto Salzano	367.583
SEPS-1.289/87	Antonia Strada Sant'Anna	3.616.672
SEPS-2.100/86	Atílio Coletti	3.000.897.078/RS
SEPS-395/88	Aurora Novôa Leite	20.585.607

Decreta:

Artigo 1.º — Os incisos XXII e XXXII do artigo 8.º do Decreto n.º 25.608, de 30 de julho de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"XXII — ERSA 41 — Jaú, compreendendo os seguintes municípios: Bariri, Barra Bonita, Bocaina, Boracéia, Brotas, Dois Córregos, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuí, Jaú, Mineiros do Tietê e Torrinha;"

"XXXII — ERSA 51 — Rio Claro, compreendendo os seguintes municípios: Analândia, Corumbataí, Ipeúna, Itirapina, Rio Claro e Santa Gertrudes;"

Artigo 2.º — Os incisos VIII e XIII do artigo 6.º do Decreto n.º 25.710, de 14 de agosto de 1986, passam a vigorar com a seguinte redação:

"VIII — diretamente subordinados ao Diretor do ERSA 41 — Jaú:

- Centro de Saúde II de Bariri
- Centro de Saúde II de Barra Bonita
- Centro de Saúde III de Bocaina
- Centro de Saúde III de Boracéia
- Centro de Saúde II de Brotas
- Centro de Saúde II de Dois Córregos
- Centro de Saúde III de Igarapu do Tietê
- Centro de Saúde III de Itaju
- Centro de Saúde III de Itapuí
- Centro de Saúde I de Jaú
- Centro de Saúde III de Mineiros do Tietê
- Centro de Saúde III de Torrinha
- Laboratório Local de Jaú;"

"XIII — diretamente subordinados ao Diretor do ERSA 51 — Rio Claro:

- Centro de Saúde III de Analândia
- Centro de Saúde III de Corumbataí
- Centro de Saúde III de Ipeúna
- Centro de Saúde III de Itirapina
- Centro de Saúde I de Rio Claro
- Centro de Saúde III de Santa Gertrudes
- Laboratório Local de Rio Claro;"

Artigo 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 15 de julho de 1988.

ORESTES QUÉRCIA

José Aristodemo Pinotti, Secretário da Saúde

Roberto Valle Rollemberg, Secretário do Governo

Publicado na Secretaria de Estado do Governo, aos 15 de julho de 1988.

DECRETO N.º 28.574, DE 14 DE JULHO DE 1988

Dispõe sobre concessão de subvenção às instituições assistenciais que especifica

Retificações do D.O. de 15-7-88

Artigo 1.º — ...

V. DR 4 — SOROCABA

j) Tatuí

1. Associação das Mães ...
onde se lê: Berçário "Stela Maria de Campos Gama" ...
leia-se: Berçário "Stella Maria de Campos Gama" ...
onde se lê: c) Tietê ...
leia-se: 1) Tietê ...

DECRETO N.º 28.577, DE 14 DE JULHO DE 1988

Dispõe sobre concessão de subvenção às instituições assistenciais que especifica

Retificações do D.O. de 15-7-88

Artigo 1.º — ...

IV DR 1 — GRANDE SÃO PAULO/OESTE

b) Itapicérica da Serra

onde se lê: 1. Lar escola Maria Imaculada ...

leia-se: 1. Lar Escola Maria Imaculada ...

V. DR 2 — LITORAL

n) Santos

onde se lê: 6. Casa do Caminho, para Departamento: lar Escola "Carinhoso Abrigo" ...
leia-se: 6. Casa do Caminho, para Departamento: Lar Escola "Carinhoso Abrigo" ...

DECRETO N.º 28.578, DE 14 DE JULHO DE 1988

Dispõe sobre concessão de subvenção às instituições assistenciais que especifica

Retificação do D.O. de 15-7-88

Artigo 1.º — ...

I. DR 4 — SOROCABA

a) São Miguel Arcanjo

onde se lê: Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo ...

leia-se: 1. Conselho Particular da Sociedade de São Vicente de Paulo ...

SEPS-594/84	Cely Maria Pinto da Fonseca	1.526.245
SEPS-1.001/86	Daiva Silva Faria	1.774.721
SEPS-401/88	Dolores dos Santos Chancharullo	6.930.219
SEPS-1.846/87	Ernani Pereira Leite	189.429
SEPS-1.533/86	Fernando Taveira	2.289.300
SEPS-2.801/87	Irene de Oliveira Sampaio	4.101.446
SEPS-33.135/79	João Batista Schiavon	3.113.881
SEPS-560/86	Lamartine Ferreira Albuquerque	948.848
SEPS-2.583/87	Leda Silva	818.751
SEPS-2.071/87	Luiz Custódio da Silva	389.106
SEPS-562/86	Maria Rodrigues dos Santos	3.678.723
SEPS-1329/84	Maria Amalia Diniz Peres	12.988.651
SEPS-2212/87	Maria da Glória Monteiro	210.760/BA
SEPS-33.385/79	Maria de Lourdes da Silva Pinto	1.892.489
SEPS-789/88	Maria de Lourdes Dini Pizzolante	5.378.751
SEPS-2.502/87	Maria Isaura Pereira Mousinho	4.831.775
SEPS-1074/86	Maria Julia das Neves	18.791.990
SEPS-1.219/87	Miriam Monteiro	2.554.724
SEPS-2.802/87	Nicoletta Lucenti de Barros	4.586/

Ministério da Guerra

SEPS-340/87	Ofélia João Salles	13.204.833
SEPS-1.119/87	Orestes Biolcati	894.394
SEPS-2.224/87	Ripalda Carpiniti Jardim	1.231.483
SEPS-501/86	Sérgio Sales Galvão	3.268.568
SEPS-2.508/87	Zilda Francisca Aquino de Toledo	568.004